

O futuro imediato

Por JOSÉ LUÍS FIORI*

A Terra é Redonda, 7.3.2021

O mundo, a partir de Biden.

“When the U.S. pulls back, one of the two things is likely to happen: either another country tries to take our place, but not in a way that advances our interests and values or, maybe just as bad, no one steps up, and then we get chaos and all the dangers it creates. Either way, that’s not good for America”. (Antony Blinken. “Confidence, humility, and the United States’ new direction in the World”. In: *Foreign Policy*, March 4, 2021)

Cinco semanas depois da posse do governo democrata de Joe Biden, já é possível especular sobre os próximos quatro anos da vida política americana, e sobre a viabilidade da nova política externa dos Estados Unidos anunciada pelo presidente na Reunião Anual de Segurança de Munique, no dia de 19 de fevereiro recém-passado, em que afirmou insistentemente que “os EUA estão de volta para liderar”.

A coalizão de forças que se reuniu em torno da candidatura de Joe Biden foi muito além do Partido Democrata e incluiu setores da direita militar norte-americana. Seu objetivo comum foi derrotar Donald Trump, e se possível retirá-lo da vida política do país. Mas nesse momento, a luta interna dentro desta coalizão ainda está restrita à disputa pelos principais cargos do primeiro e segundo escalões do governo. Assim, o que mais se destaca na imprensa neste momento são os discursos e as primeiras decisões e iniciativas de Biden, sobretudo sua “agenda interna”, fortemente liberal e radicalmente anti-Trump. E também no campo da política externa, onde o governo já tomou algumas decisões mais chamativas e que estavam anunciadas desde antes da eleição.

Inscrevem-se neste mesmo objetivo, de marcar sua identidade e diferença da administração anterior, as primeiras iniciativas tomadas no campo da saúde, da defesa ambiental, da imigração, da proteção das minorias e das causas identitárias, apoiadas por Kamala Harris, incluindo várias bandeiras mais radicais da candidatura de Bernie Sanders. Da mesma forma, no campo internacional, sinalizando um retorno ao multilateralismo tradicional da política externa americana, e do “liberal-cosmopolitismo globalitário” dos democratas, o governo Biden voltou ao Acordo de Paris, à OMS, ao G7, assinou a renovação imediata do Acordo *New Start* de limitação de armas estratégicas, com a Rússia, deu os primeiros passos para voltar ao acordo nuclear com o Irã e desistiu da retirada imediata das tropas americanas da Alemanha.

Além disso, no seu discurso em Munique, Biden fez um grande esforço de reaproximação com seus antigos aliados europeus, em particular Alemanha e França, e sublinhou insistentemente sua disposição calorosa de voltar a juntar-se com seus antigos parceiros do grupo dos “países democráticos”, para barrar o avanço dos “países autoritários”, que mesmo sem ser nominados, já foram transformados no novo espantalho encarregado de reunificar o bloco atlântico tão bem-sucedido durante a Guerra Fria. Até aí nenhuma grande novidade com relação aos governos de Bill Clinton – e sobretudo de Barack Obama – de onde saíram quase todos os principais quadros do governo Biden.

O problema, entretanto, é que o futuro não costuma nascer das boas intenções dos governantes. Pelo contrário, costuma nascer muito mais dos obstáculos e oposições que esses governantes vão encontrando pelo caminho. E, no caso de Biden, a oposição e os obstáculos do seu caminho parecem já estar plenamente desenhados no horizonte próximo do presidente

e sua equipe de governo – começando pelo plano interno, onde se esconde a principal ameaça ao seu projeto de poder, que serão as eleições parlamentares de 2022.

Neste plano, o primeiro que se deve ter claro é que Donald Trump não caiu do céu nem chegou aonde chegou graças ao brilho de sua inteligência ou à originalidade de suas pouquíssimas ideias pessoais. Trump nunca foi mais do que um *outsider*, animador de televisão, especulador imobiliário e jogador de golfe. Mas as circunstâncias se encarregaram de fazê-lo presidente dos EUA, algo inimaginável para alguém que nunca participou de nenhuma eleição prévia nem jamais militou de fato no Partido Republicano.

No entanto, a sociedade que o elegeu presidente foi uma sociedade dividida e amargurada pelos efeitos econômicos da crise financeira de 2008, e em particular pelas políticas de combate à crise do governo Obama que aumentaram exponencialmente a concentração de renda nos EUA, acelerando uma tendência que já vinha de antes e que acabou criando dois universos praticamente incomunicáveis e separados por diferenças de salário, de cor, de educação de cultura, de grau de urbanidade. Seria possível mesmo afirmar que Trump, apesar de muito rico, foi posto na Casa Branca por um verdadeiro levante da plebe do centro-oeste e das regiões destruídas pelo fechamento da velha indústria norte-americana. Na verdade, só foi derrotado na sua tentativa de reeleição devido à sua catastrófica administração da pandemia do coronavírus durante o ano de 2020, só superada pela do Capitão Bolsonaro, e do seu inacreditável Ministro da Saúde, o General Eduardo Pazuello.

Apesar do seu extraordinário fracasso sanitário, Donald Trump teve o apoio de 46,9% do eleitorado americano, e mantém até hoje o apoio da maior parte do Partido Republicano, apesar de ter deixado atrás de si a sociedade e o sistema político norte-americanos rachados de cima abaixo, e com um nível crescente de polarização e violência, que deve crescer ainda mais nas eleições parlamentares de 2022. Além disso, o próprio Trump já se anunciou como provável candidato nas eleições presidenciais de 2024, transformando-se de imediato no principal fantasma que assombrará o mandato de Joe Biden, ao lado da frágil maioria democrata no Congresso que trará problemas a cada passo que o novo presidente der para avançar sua agenda interna, sobretudo no campo da ecologia e dos gastos sociais.

Por outro lado, no campo internacional, o horizonte de Biden tampouco parece tranquilo, por razões que têm a ver com os quatro anos da administração Trump e também com as contradições e limitações próprias do projeto “liberal-cosmopolita” e de sua utopia globalitária. Neste ponto, o primeiro que se deve ter claro é que o mundo já não voltará mais atrás, e que as relações que foram desfeitas, as instituições que foram destruídas e os compromissos que não foram cumpridos pelo governo de Donald Trump já não poderão mais ser reconstruídos e refeitos como se nada tivesse acontecido.

Depois de quatro anos, os Estados Unidos perderam sua credibilidade mesmo perante os seus aliados mais antigos e permanentes. Em primeiro lugar, porque foram agredidos, como no caso da Alemanha e da França, por exemplo, e essas agressões não se esquecem jamais. Em segundo, porque apesar das declarações calorosas de amizade de Joe Biden, ninguém mais pode ter certeza de que o próprio Trump, ou qualquer outro partidário de suas posições, não será reeleito daqui a quatro anos, retomando o caminho do nacionalismo conservador e agressivo da gestão Trump.

E se isso vale para os países aliados, o que se pode esperar de países ou governos como o Irã, que se envolveu num acordo nuclear extremamente complexo e que foi rompido pelos EUA com uma facilidade e irresponsabilidade que jamais serão esquecidas? No campo internacional, decisões deste nível de importância e gravidade costumam tomar muito tempo para serem tomadas e depois digeridas. E, no entanto, o governo americano desta vez jogou

tudo para o espaço em apenas quatro anos, sem avisar nem discutir com ninguém, e sem se preocupado, em nenhum momento, com as consequências globais de seus gestos. No caso exemplar da pandemia, os EUA não moveram uma palha a favor de algum tipo de coordenação e liderança global; pelo contrário, aproveitaram a ocasião para atacar e sair da OMS, uma das mais antigas e conceituadas organizações multilaterais criadas pelo projeto liberal de governança global patrocinado pelos americanos desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

Por fim, pesa sobre a cabeça dos democratas, e sobre o futuro do projeto de liderança internacional do governo de Biden, o balanço terrível do que passou durante as quase três décadas de vigência do poder unilateral e do projeto “liberal-cosmopolita” dos norte-americanos. Só na década de 1990, em plena euforia e comemoração da vitória do “mundo democrático”, nas duas gestões do presidente Bill Clinton e da “economia de mercado”, os EUA fizeram 48 intervenções militares em todo o mundo; e depois de 2001, intervieram militarmente em 24 países, lançando 100 mil bombardeios aéreos, concentradamente sobre países que eles chamaram de Grande Médio Oriente e que fazem parte do mundo islâmico. Só na gestão de Obama, foram lançadas 26 mil bombas, além das centenas de “assassinatos bélicos” perpetrados pelos drones da Força Aérea americana. Além disto, nesse período, os EUA se envolveram na mais longa guerra de sua história, que já dura 20 anos, no Afeganistão, mesmo período em que destruíram literalmente as sociedades e as economias do Iraque, da Líbia e da Síria.

Uma das consequências mais visíveis desse expansionismo contínuo e do belicismo “liberal-cosmopolita” foi o aparecimento de uma resposta política e militar cada vez mais poderosa da Rússia e da China, para não falar dos outros países que se fortaleceram como resposta às continuadas sanções econômicas do governo americano, como no caso do Irã, ou mesmo da Turquia, cada vez mais distante da OTAN e dos EUA. Além disto, este “expansionismo missionário” dos americanos acabou abrindo as portas para o que talvez tenha sido a maior derrota internacional dos EUA, neste início do Século XXI: a perda do monopólio americano e ocidental do controle das instituições e da arbitragem militar dos conflitos mundiais, por conta do novo poder militar russo, que já superou os norte-americanos em vários tipos de armamentos, e por conta do sucesso do modelo econômico e político chinês, que entrou no século XXI com a mesma marca vitoriosa que os norte-americanos tiveram no início do século XX.

Neste momento, uma coisa é certa e tem que ser considerada ao se calcular o futuro imediato da proposta internacional de Joe Biden: o mundo mudou demais e não voltará mais atrás, e não por culpa dos extraordinários erros do governo de Donald Trump. O projeto “liberal-cosmopolita” já não tem mais o mesmo apelo do passado; a utopia da globalização já não exerce o mesmo atrativo nem tem capacidade de prometer a mesma felicidade da década de 1990; o Ocidente já não tem mais como eliminar ou submeter a civilização chinesa. Por isto, neste momento o governo Biden já se encontra dividido sobre como conduzir sua relação com a China, que é definida por Biden como seu principal concorrente e como seu mais sério desafio: criando jogos de soma zero nas áreas de conflito; promovendo o avanço da interrelação econômica; ou finalmente, estabelecendo uma parceria em torno do tema que hoje também interessa aos chineses – a questão climática e ecológica, e da transição energética em geral.

Somando tudo, o que se pode prever com razoável grau de certeza é que o governo Biden será um governo fraco, e que o mundo atravessará os próximos anos sem ter mais um líder arbitral. Com tudo isto, o futuro do governo Biden, e de certa forma, da própria humanidade, dependerá muitíssimo da capacidade do governo americano e de todas as grandes potências

ocidentais, de entender e aceitar o fato de que acabou a exclusividade do sucesso econômico liberal do Ocidente; e o que é talvez ainda mais importante e difícil de aceitar: que acabou definitivamente o monopólio moral da “civilização ocidental” que terá que conviver a partir de agora com um sistema de valores e crenças de uma civilização que se surgiu e se desenvolveu de forma completamente autônoma com relação ao “Ocidente” e com relação a todas as variantes de seu “monoteísmo” e de seu “iluminismo” expansionista, catequético e conquistador.

***José Luís Fiori** é professor do Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional da UFRJ. Autor, entre outros livros, de História, estratégia e desenvolvimento (Boitempo).